

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Em relação ao registro contábil de atos e fatos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 51** O aumento do capital social com a incorporação de reservas de capital é um fato misto, pois modifica a substância do patrimônio líquido.
- 52** Caso uma indústria adquira um lote de matérias primas para ser empregado em sua produção do mês e o fornecedor conceda 30 dias de prazo para o pagamento, cobrando 2% de encargos por essa comodidade, o fato administrativo a ser escriturado é um fato modificativo.
- 53** Todo ato ou fato administrativo deve ser registrado contabilmente, devido ao seu impacto no patrimônio da entidade.
- 54** Para que um fato ou ato administrativo produza impacto meramente permutativo no patrimônio da entidade contábil, ele deve produzir modificação apenas qualitativa no patrimônio.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao plano de contas e aos procedimentos de escrituração.

- 55** Compõem um lançamento contábil: a data do registro contábil; as contas devedoras e credoras; o histórico que represente a essência econômica da transação; e o valor do registro contábil.
- 56** Pessoas jurídicas optantes do simples nacional bem como entidades imunes e isentas estão dispensadas da realização da escrituração contábil digital (ECD).
- 57** O plano de contas de uma entidade é composto completamente pelo rol de contas que podem ser utilizadas, segregadas em devedoras ou credoras, patrimoniais ou de resultado.
- 58** São elementos essenciais em um balancete de verificação: a data em que é levantado; a identificação de cada conta envolvida; e o saldo, devedor ou credor, das contas.

No que se refere à avaliação de ativos e passivos, julgue os itens seguintes.

- 59** O custo histórico de um ativo no momento de sua aquisição pode divergir do valor justo desse ativo.
- 60** A depreciação de um bem imobilizado pela metodologia da soma dos dígitos crescente resulta em menores depreciações nos primeiros períodos de vida útil do bem e uma maior depreciação ao final.
- 61** Um direito resultado de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade ainda que seja praticamente certo o ingresso de recursos é um ativo contingente.

Julgue os seguintes itens, referentes às demonstrações contábeis aplicáveis no país.

- 62** A demonstração de resultado de exercício deve apresentar, de forma segregada, o resultado atribuível a controladores e a não controladores.
- 63** A propriedade legal de um item patrimonial pela entidade é condição para que esse item possa ser registrado no grupo patrimonial ativo.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa e à demonstração do valor adicionado, bem como às notas explicativas, julgue os itens seguintes, com base no disposto nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- 64** As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto possível, de forma sistemática, devendo cada item das demonstrações contábeis fazer referência à nota explicativa que contemple as informações a ele relacionadas.
- 65** Na demonstração dos fluxos de caixa das entidades que não são instituições financeiras, os juros pagos durante o período coberto pela demonstração podem ser classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais ou como fluxos de caixa das atividades de financiamento.
- 66** As transferências de recursos excedentes do caixa para aplicação em ativos de liquidez imediata sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor devem ser evidenciadas na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento.
- 67** O resultado de equivalência patrimonial é um exemplo de valor adicionado recebido em transferência, que evidencia, na demonstração do valor adicionado, as contribuições positivas ou negativas de terceiros para a formação da riqueza de uma entidade.

Em relação aos procedimentos contábeis aplicáveis à consolidação de demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 68** Os resultados obtidos pela controladora em consequência da venda de um terreno para uma de suas controladas, que mantém o referido terreno sob o seu controle, devem ser eliminados das demonstrações contábeis consolidadas por meio de ajustes nos saldos de uma conta patrimonial e de uma conta de resultado.
- 69** Um dos fundamentos da consolidação das demonstrações contábeis é que as políticas contábeis adotadas pela controladora e por suas controladas na elaboração de suas demonstrações contábeis individuais sejam mantidas nas demonstrações contábeis consolidadas, devendo ser evidenciadas em notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas as eventuais diferenças de políticas contábeis existentes entre as referidas entidades no que diz respeito ao registro de transações similares e de outros eventos em circunstâncias similares.

Julgue os seguintes itens, que versam sobre contabilidade de custos.

- 70** O custo padrão corrente é uma medida de planejamento e controle de custos que abrange as ineficiências atuais da empresa, não se admitindo a exclusão daquelas que possam, de fato, ser sanadas no próximo período.
- 71** Nas demonstrações elaboradas com base no custeio variável, os custos fixos são apresentados como se fossem despesas do período, e o lucro obtido tende a acompanhar a direção das vendas.
- 72** No momento em que uma empresa industrial adquire matéria-prima para utilização futura no processo produtivo, ela incorre em uma espécie de gasto que se enquadra no conceito de custo.
- 73** Encargos sociais, férias e décimo terceiro salário são exemplos de itens que devem compor o cálculo da taxa de mão de obra direta, diferentemente dos custos de transporte e alimentação, que geralmente são fixos e não guardam proporcionalidade com os salários pagos pelas empresas industriais.
- 74** O valor do custo fixo unitário de um produto deve permanecer constante ainda que a quantidade de unidades fabricadas desse produto diminua.

A respeito dos procedimentos contábeis estabelecidos na Lei n.º 6.404/1976 e em suas alterações, julgue os próximos itens.

- 75** A condição para que os direitos decorrentes das vendas realizadas por uma companhia às suas sociedades controladas sejam classificados no ativo realizável a longo prazo, independentemente do prazo acordado para a sua realização financeira, é que as referidas operações não constituam negócios usuais na exploração do objeto da companhia.
- 76** O valor justo é o critério de avaliação aplicável aos direitos decorrentes da aplicação de recursos em instrumentos financeiros destinados à negociação ou disponíveis para venda, sendo vedado ao detentor desses direitos considerar como valor justo dos referidos instrumentos o valor obtido com a utilização de modelos matemático-estatísticos de precificação.

Em relação à receita e à despesa sob o enfoque patrimonial e à realização da variação patrimonial no setor público, julgue os seguintes itens.

- 77** Caso a receita orçamentária seja registrada antes da ocorrência do fato gerador, o registro da variação patrimonial aumentativa (VPA) deve ocorrer concomitantemente com a sua arrecadação.
- 78** Ainda que o décimo terceiro salário seja pago apenas no final do ano, uma variação patrimonial diminutiva (VPD) do referido salário deve ser reconhecida mensalmente a cada mês trabalhado.

Julgue os itens a seguir, relativos à mensuração de ativos no setor público.

- 79** Os gastos incorridos na transferência de um ativo intangível não devem ser incluídos no seu valor contábil.
- 80** O montante do valor depreciável de um edifício em construção deve ser ajustado caso haja aumento do valor do terreno no qual esse mesmo edifício esteja sendo construído.
- 81** Caso o ativo imobilizado adquirido por meio de permuta não seja mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Julgue os itens seguintes, no que se refere às regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as respectivas naturezas da informação contábil.

- 82** Para o registro contábil do controle da disponibilidade de recursos recebidos, deve ser lançado um débito na classe 1, referente ao ativo, e um crédito na classe 8, referente aos controles credores, em contas de natureza de informação de controle (NIC).
- 83** No registro contábil de um crédito tributário a receber, deve ser lançado um débito na classe 1, referente ao ativo, e um crédito na classe 4, referente à VPA, em contas de natureza de informação patrimonial (NIP).

As seguintes transações foram registradas em uma entidade pública em seu primeiro exercício financeiro já encerrado.

- a Aprovação da lei orçamentária anual no valor de \$ 200 mil, tendo sido a despesa fixada no mesmo valor da receita prevista.
- b Lançamento de impostos no valor de \$ 100 mil, tendo sido arrecadados 100% desse valor.
- c Empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal no valor de \$ 80 mil.
- d Empenho e liquidação de imóvel no valor de R\$ 120 mil, 100% inscritos em restos a pagar.
- e Recebimento de caução no valor de \$ 20 mil, tendo sido devolvida metade desse valor.

Tendo como base as informações apresentadas, julgue os itens subsequentes, acerca da elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

- 84** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário será deficitário em \$ 100 mil.
- 85** O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi deficitário em \$ 90 mil.
- 86** O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro será superavitário em \$ 10 mil.

Julgue os próximos itens, que versam sobre o tratamento contábil dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores.

- 87** No cancelamento de restos a pagar, como já houve prévia autorização orçamentária, deve-se alterar o atributo financeiro “P” para atributo “F”.
- 88** O reconhecimento da obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores deve ser realizado pela autoridade competente para empenhar a despesa.
- 89** Para que uma obrigação de pagamento das despesas com exercícios anteriores seja reconhecida pela autoridade competente, é necessário que se tenha a importância exata a pagar.

Com base nas normas brasileiras de contabilidade para o setor público (NBC TSP), julgue os itens a seguir.

- 90** A indenização de terceiros por ativos imobilizados que tenham sofrido redução ao valor recuperável, extravio ou abandono deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
- 91** O custo fixo distribuído por unidade produzida não pode ser aumentado em razão de um volume baixo de produção ou de ociosidade, devendo ser calculado com base na capacidade normal da unidade produtiva.
- 92** A melhor estimativa do valor a ser reconhecido como provisão deve corresponder ao valor máximo que a entidade poderia vir a desembolsar, considerando os cenários mais pessimistas possíveis, ainda que não sejam prováveis.
- 93** O fornecimento de dados a respeito da valorização patrimonial da entidade, com ênfase na maximização de resultados, a fim de atrair investimentos e melhorar a reputação da gestão, é objetivo da informação contábil elaborada e divulgada no setor público.
- 94** As informações financeiras e não financeiras são consideradas relevantes se puderem influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da informação contábil, desde que esta tenha valor confirmatório, valor preditivo ou ambos.

No que concerne a ativo intangível, a redução ao valor recuperável e a demonstrações contábeis no setor público, julgue os itens que se seguem, com base nas NBC TSP aplicáveis.

- 95** O objetivo da NBC TSP que aborda a elaboração de demonstrações contábeis separadas é estabelecer o regramento da contabilização e da divulgação dos investimentos em controladas, em *joint ventures* e em coligadas.
- 96** O reconhecimento de um ativo intangível no setor público depende da probabilidade de geração de benefícios econômicos ou de serviços públicos no futuro, bem como da possibilidade de mensuração confiável do custo ou valor justo do ativo.
- 97** Se o valor justo líquido de despesas de venda ou o valor em uso de um ativo gerador de caixa for superior ao seu valor contábil, será necessário calcular apenas um daqueles dois valores, para fins de cálculo de perda em face de teste de *impairment*.
- 98** O valor justo líquido de despesas de venda de um ativo não gerador de caixa é o preço de venda em transação sem favorecimentos, ajustes ou despesas adicionais relativas à alienação do ativo.
- 99** Ganhos com reavaliação de ativos imobilizados e remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda devem ser sempre classificados como receitas no resultado do exercício.

Acerca das demonstrações de fluxos de caixa, das políticas contábeis e das demais demonstrações contábeis, julgue os próximos itens, à luz das NBC TSP pertinentes.

- 100** Transações de investimento e financiamento que não envolvam movimentação de caixa ou equivalentes devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa e divulgadas nas notas explicativas.
- 101** Em observância ao princípio da anualidade e da rigidez legal, que rege as regras orçamentárias, os orçamentos plurianuais adotados por entidades do setor público não admitem a transferência, de um exercício para outro, de dotações não utilizadas.
- 102** Nos casos de cálculo de inadimplência tributária, de obsolescência de estoques ou de vida útil de ativos depreciáveis, estimativas contábeis recorrentes são aceitáveis, devendo ser baseadas em julgamentos sustentados nas informações mais atualizadas e confiáveis disponíveis.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira n.º 1234/2012, que dispõe acerca da retenção de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços pelos órgãos da administração pública federal, julgue os itens a seguir.

- 103** No mês da retenção, o contribuinte não poderá deduzir, do valor do imposto apurado, o valor retido relativo ao IR.
- 104** Quando a administração pública federal efetuar pagamento relativo a fornecimento de bens, por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a retenção será realizada pelo órgão ou pela entidade pagadora sobre o total a ser pago à empresa fornecedora do bem, devendo o pagamento com o cartão ser realizado pelo valor líquido, depois de deduzidos os valores do imposto e das contribuições retidos.
- 105** Os órgãos da administração pública federal estão dispensados de reter na fonte os tributos federais no caso de pagamentos antecipados alusivos ao fornecimento de bens ou à prestação de serviços para entrega futura.
- 106** No pagamento de aluguel de imóvel efetuado a entidade aberta de previdência complementar sem fins lucrativos, não haverá retenção em relação ao IR, cabendo, entretanto, a retenção e o recolhimento da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.
- 107** O valor a ser retido da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) será determinado mediante a aplicação da alíquota de 5% sobre o montante do contrato a ser pago.
- 108** Caso haja a aquisição, no mercado interno, de livros pelos órgãos da administração pública federal, será devida a retenção do IR, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, não cabendo, nessa situação, a retenção da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).
- 109** Nos pagamentos realizados em favor de órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do governo federal, estadual ou municipal, deverá haver apenas a retenção da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, excluídos o IR e a CSLL.
- 110** No caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deve observar o valor final, após o desconto do valor glosado.
- 111** Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, à CSLL, à COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP no caso de pagamento efetuado pela administração pública em favor de serviços sociais autônomos, em decorrência da prestação de serviços.
- 112** Não será devida a retenção do IR e da CSLL nos pagamentos efetuados pela administração pública para a aquisição de veículos destinados ao transporte escolar para a educação básica, nas redes estadual, municipal e distrital.

A respeito das obrigações acessórias relacionadas às declarações e aos recolhimentos de débitos tributários, julgue os itens seguintes.

- 113** As autarquias e fundações públicas da administração pública federal devem mencionar, na declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF), os valores relativos aos pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços, ainda que os contratados gozem de isenção de tributos federais.
- 114** O declarante que tiver retido valor de contribuições a maior de seus beneficiários em determinado mês e que compensar a parcela excedente nos meses subsequentes, deverá, no âmbito da declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF), informar, no mês da referida retenção, o valor que foi retido, e, nos meses da compensação, o valor devido do imposto ou das contribuições, na fonte, diminuído do valor compensado.
- 115** No caso de microempreendedor individual, é obrigatório que a assinatura da declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTFWeb) seja realizada em formato digital mediante uso de certificado digital válido, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 116** A UnB, considerada a sua condição de ente imune, está dispensada de apresentar a declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTFWeb).

Com base na Lei Complementar n.º 116/2003, julgue os itens subsequentes, observando, no que couber, a jurisprudência do STF.

- 117** O ISS não incide sobre a locação de bens móveis, assim como não incide sobre o principal, os juros e os acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- 118** Como regra geral, o ISS é devido no município em que esteja situado o estabelecimento do prestador do serviço, regra essa que é excepcionada no caso de serviço de acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, circunstância em que o imposto será devido no local da obra.
- 119** A base de cálculo do ISS é o valor do serviço e, atualmente, a legislação estabelece apenas o patamar da alíquota máxima, que, no caso, corresponde a 5%, não havendo patamar mínimo do imposto.
- 120** Considere que determinada legislação distrital tenha atribuído a responsabilidade pelo recolhimento do ISS a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte. Nesse caso, a terceira pessoa deverá recolher não só o imposto devido, mas também eventuais multas e acréscimos legais.

Espaço livre